

## O DESENVOLVIMENTO MORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL E DOS JOGOS DRAMÁTICOS E TEATRAIS

*Clarisse Zan de Assis Bastos*<sup>1</sup>  
UNESP, Campus de Marília

*Alessandra de Morais*<sup>2</sup>  
UNESP, Campus de Marília

*Ana Paula Cordeiro*<sup>3</sup>  
UNESP, Campus de Marília

*Sebastião Marcos Ribeiro de Carvalho*<sup>4</sup>  
UNESP, Campus de Marília

**Resumo:** Fundamentado na Psicologia Genética de Jean Piaget, o presente estudo buscou investigar se a Literatura Infantil e os jogos dramáticos e teatrais poderiam contribuir para o desenvolvimento do juízo moral de dezessete crianças, de cinco a seis anos de uma EMEI. A metodologia utilizada foi a da pesquisa-ação e os resultados demonstraram que na análise comparativa entre as respostas do pré e pós-teste, foi possível identificar alterações que apontaram para uma evolução no juízo moral das crianças, as quais passaram a apresentar no pós-teste mais respostas entre o juízo moral heterônomo e autônomo, quando no pré-teste foram predominantemente heterônomas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento moral, literatura infantil, jogos dramáticos e teatrais.

---

<sup>1</sup> Pedagoga, mestre e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Univ. Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília. E-mail: clarisse.zan@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga, mestre e doutora em Educação, é professora assistente do Departamento de Psicologia da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Univ. Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília. E-mail: alemorais.shimizu@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagoga, mestre e doutora em Educação, é professora assistente do Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências, Univ. Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília. E-mail: napcordeiro@marilia.unesp.br

<sup>4</sup> Pedagogo, mestre e doutor em Energia na Agricultura, é professor assistente doutor do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Univ. Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília. E-mail: smrc60@gmail.com

## **Introdução**

A Educação Moral tem sido um tema discutido em produções nacionais e internacionais (Oliveira, 1994; Menin, 1996; Piaget 1930/1996; Devries & Zan, 1998; Puig, 1996, 1998, 2004; Ramos; Campos; Freitas, 2012). Porém, são poucos os projetos sobre Educação Moral que se utilizam da Literatura Infantil e dos jogos dramáticos e teatrais como meios que contribuam para o desenvolvimento moral de crianças. Ao longo do qual, a criança precisa de condições endógenas e exógenas que a auxiliem a refletir e construir interna e coletivamente suas relações com os seus pares.

A escola é um dos espaços onde devem ocorrer relações éticas e morais e, ainda, são escassos os projetos relacionados existentes nas instituições educativas, sendo muito difícil presenciar uma proposta pedagógica pautada no oferecimento de um ambiente cooperativo que favoreça desenvolvimento da autonomia moral.

Nesse sentido, indicamos que uma forma de trabalhar procedimentos de Educação Moral no ambiente escolar, seria por meio da Literatura Infantil e dos jogos dramáticos e teatrais. Souza (2007) afirma que os contos de fadas podem proporcionar à criança momentos de reflexão sobre conflitos, dilemas, provenientes de ações das personagens. Dessa maneira, a imaginação permite que a criança faça paralelos entre elementos presentes nos contos e em sua realidade. Nesse mesmo sentido, tal como afirma Slade (1978), o jogo dramático tem como base o improviso e por meio dele a criança pode solucionar problemas, estabelecer regras, além de proporcionar momentos para explorar, criar, utilizar todo o corpo, se movimentar e conhecer o mundo que a cerca.

## **Desenvolvimento Moral e Educação**

Em relação à moral, Piaget (1932/1994, p. 23) a define como um “[...] sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Dois fenômenos, no que diz respeito à formação de regras, foram observados por Piaget (1932/1994): prática e a consciência. O autor chama de prática de regras, a forma que as crianças de idades variadas aplicam as normas, e de consciência de regras a maneira como pensam a obrigatoriedade, ou não, do cumprimento dessas regras.

Piaget (1932/1994) aborda em sua obra duas morais: a da coação e a da cooperação. A moral da coação está ligada ao dever, à heteronomia, em que a criança aceita as ordens do adulto e se submete sem questionar. Nessa tendência, a criança está centrada em si, vive o fenômeno do egocentrismo intensamente. Ela não consegue se colocar na perspectiva do

outro, não estabelecendo relações de cooperação, necessárias para alcançar uma moral autônoma. Piaget (1932/1994, p.81) esclarece que:

O egocentrismo, na medida em que é confusão do eu com o mundo exterior, e o egocentrismo, na medida em que é falta de cooperação, constituem um único e mesmo fenômeno. Enquanto a criança não dissocia seu eu das sugestões do mundo físico e do mundo social, não pode cooperar, porque, para tanto, é preciso estar consciente de seu eu e situá-lo em relação ao pensamento comum. Ora, para tornar-se consciente de seu eu, é necessário, exatamente, libertar-se do pensamento e da vontade do outro. A coação exercida pelo adulto ou pelo mais velho e o egocentrismo inconsciente do pequeno são, assim, inseparáveis.

Ao longo do processo de desenvolvimento, a criança pode evoluir da anomia para a heteronomia e, posteriormente, para a autonomia, conforme o fenômeno do egocentrismo tem sua diminuição. Isso passa a acontecer devido a sua capacidade de compreensão mais elaborada da realidade em que se encontra.

Ao estudar a noção de justiça na criança, Piaget fez referência à justiça retributiva e distributiva. A justiça retributiva está intimamente ligada à sanção. Segundo Piaget (1932/1994, p. 157), “[...] uma sanção é injusta quando pune um inocente, recompensa um culpado ou, em geral, não é dosada na proporção exata do mérito ou da falta”. Esse tipo de justiça é caracterizado por dois tipos de sanção: expiatória e por reciprocidade. A sanção expiatória não está relacionada à ação praticada, e sim às ordens da autoridade. “Numa palavra, podemos dizer que, durante todo este período, no qual o respeito unilateral prevalece sobre o respeito mútuo, a noção de justiça só poderia desenvolver-se em certos pontos, onde, precisamente, a cooperação se delinea, independente da coação” (Piaget, 1932/1994, p.237). Em contrapartida, a sanção por reciprocidade relaciona-se à ação cometida, sendo coerente com seu conteúdo. Piaget (1932/1994) analisa que as crianças que escolhem esse tipo de sanção baseiam-se na cooperação e igualdade.

Não podemos deixar de salientar também a análise feita pelo autor sobre a igualdade e a autoridade, uma vez que interfere diretamente no desenvolvimento da noção de justiça distributiva e sua relação com a autoridade adulta. Quanto a isso, Piaget (1932/1994) analisou que a igualdade e a autoridade são entendidas de duas formas distintas no desenvolvimento da criança. Primeiro, a maioria das crianças entre cinco e sete anos ainda apresenta tendências de heteronomia, uma vez que acredita que a justiça está relacionada à obediência. Segundo, entre oito e doze anos, a noção de igualdade e, posteriormente, a de equidade passam a ser defendidas.

Com a preocupação sobre como educar moralmente, Piaget escreveu em 1930 o texto *Os procedimentos de Educação Moral*, no qual aborda pontos importantes sobre as relações entre o desenvolvimento moral e a Educação. Para Piaget (1930/1996) o objetivo da Educação Moral está em favorecer meios que ajudem a criança na construção de sua autonomia. Para isso, as relações de coação são inevitáveis e as de cooperação são fundamentais, uma vez que a criança começará a ter conhecimento das regras, e para isso, de início, vivenciará experiências, predominantemente, de respeito unilateral e, posteriormente, de respeito mútuo, a partir do qual poderá construir a noção de cooperação.

Piaget (1930/1996) aponta para a existência de dois procedimentos de Educação Moral: os verbais e os métodos ativos. Sobre os primeiros, o autor afirma que (1930/1996, p.14). “Do mesmo modo que a escola em geral, há séculos, pensa ser suficiente falar à criança para instruí-la e formar seu pensamento, os moralistas contam com o discurso para educar a consciência”. Tal procedimento pouco vale para a Educação Moral, pois para ele, baseiam-se na autoridade da pessoa adulta, em que está presente o respeito unilateral e as regras são impostas por meio da coação. Porém, os procedimentos verbais podem ser considerados válidos quando usados como resposta a algo que proporcionou reflexão e participação por parte da criança.

Queremos apenas ressaltar, no momento, que mantidas as justas proporções a “lição de moral” não deve ser proscrita. Porém, ela não desenvolverá produtivamente a não ser por ocasião de uma vida social autêntica e no interior da própria classe. (Piaget, 1930/1996, p.19).

Em contrapartida, os procedimentos ativos pressupõem que “[...] a criança possa fazer experiências morais e que a escola constitui um meio próprio para tais experiências” (Piaget, 1930/1996, pp.19-20). Para isso, é preciso incentivar trabalhos em grupo, o contato com outras crianças e promover situações que envolvam a cooperação e o respeito mútuo. Assim, com esse trabalho coletivo, a criança pode construir gradualmente sua moralidade.

De acordo com DeVries & Zan (1998), muitos pesquisadores, assim como Kohlberg (1992), abordaram discussões morais com crianças por meio de dilemas, a fim de favorecer o raciocínio de modo a promover o desenvolvimento do juízo moral.

Podemos dizer que a Literatura Infantil pode auxiliar a criança de forma positiva ao longo do desenvolvimento da moralidade, por oportunizar a criança a construção de representações, de relações entre situações reais e aquelas vividas pelas personagens, a troca de pontos de vista, entre outras possibilidades. Neste sentido, Ramos, Campos e Freitas (2012,

pp.151-152) trazem em seu estudo pesquisas que estabelecem relações entre a Literatura Infantil e o desenvolvimento moral, e consideram que:

A obra literária torna-se um recurso valioso para desencadear o diálogo e a reflexão sobre dilemas morais, podendo vislumbrar possibilidades de reconstruir as ações, refletir e descobrir novas maneiras de agir, convidando o leitor a participar, emitir opiniões, favorecendo assim a construção de valores como a solidariedade, respeito, justiça, igualdade, cooperação e as interações entre suas ações no ambiente, trazendo significados para sua vida.

### **O jogo e o desenvolvimento moral**

O jogo, em sua função lúdica, é responsável por proporcionar momentos de diversão, descobertas, estimular a voluntariedade, interação e desenvolvimento da criança. O jogo pode se dar de várias formas, ter diversas qualidades e intenções para que seja realizado. Dentre os inúmeros jogos existentes, optamos por tratar das características do jogo dramático e do jogo teatral, bem como a forma que se apresentam no decorrer do processo de desenvolvimento infantil.

O jogo dramático, que detém elementos lúdicos relacionados à linguagem teatral, é abordado por Slade em seu estudo *O Jogo Dramático Infantil* (1978, p.18), em que mostra que “[...] no drama, i.e., no fazer e lutar, a criança descobre a vida e a si mesma através de tentativas emocionais e físicas e depois através da prática repetitiva, que é o jogo dramático [...]”. Esse tipo de jogo é importante para a criança, pois ele a auxilia no exercício de solução de problemas por meio do improviso e do desempenho de papéis.

Spolin (1992) também defende o improviso como uma estratégia teatral em que a criança realiza um exercício constante de vivência de situações diárias expondo suas visões de mundo. Improvisar, para a autora, é resolver os problemas propostos nas situações de jogo no “aqui e agora” do ambiente cênico. Requer que o jogador se utilize de seu repertório cultural e de sua capacidade de resolver problemas rapidamente, de forma vívida e intensa. É por meio do ato improvisacional que a criança tem possibilidade de criar, questionar, criticar, rever situações para, assim, de forma autônoma, solucionar problemas ao longo do seu processo de desenvolvimento individual e no grupo.

Ao longo de seu estudo, Fuchs (2005) apresenta Piaget ao descrever que a evolução do pensamento das crianças se dá em solidariedade com a do jogo, de um nível mais egocêntrico – em que há uma indiferenciação entre o sujeito e o objeto, e que todos os elementos estão subordinados ao eu – para um pensamento socializado – em que o sujeito situa seu eu em relação aos diversos elementos que envolvem a ação, de forma a descentrar-se, e haver a

diferenciação entre sujeito e objeto. O jogo dramático é, então, concebido como uma atividade lúdica que apesar de não ter como intuito a apresentação ao público, possibilita a experimentação e a construção da linguagem teatral. É um jogo subjetivo, que pode ser relacionado ao faz de conta infantil, diretamente vinculado ao imaginário, à criação, e à espontaneidade, o que não significa que seja um jogo puramente individual. Não obstante, mesmo que seja coletivo, o foco está nas relações que cada indivíduo estabelece entre as formas teatrais e o seu imaginário. O jogo teatral, por sua vez, contempla a participação de um grupo que o examina, acrescentando a relação com a plateia, o que exige uma linguagem mais objetiva, que viabilize a comunicação dos atores entre si e destes com o público. Segundo Fuchs (2005, p. 28) “pode-se comparar o jogo dramático às ações egocêntricas e o jogo teatral às ações descentradas de cooperação”.

Nesse contexto, analisando à luz da perspectiva piagetiana (Piaget 1945/1990), o jogo dramático pode ser relacionado, em suas características e importância, com o simbólico, e o teatral com as fases mais adiantadas do jogo simbólico, que caminham em direção às construções simbólicas e aos jogos de regras, favorecendo a criança a realizar representações de sua realidade, o que a aproxima gradualmente às regras sociais, e a considerar o ponto de vista do outro no momento de jogo.

Acreditamos, assim, que por meio dos jogos dramáticos (nos quais predomina o compartilhamento no grupo com todos os outros e maior liberdade em relação às ações) e teatrais (que marcam a passagem para jogos com regras mais delimitadas, divisão de grupos, que atuam e assistem as atuações dos outros grupos) o professor possa auxiliar a criança em seu processo de desenvolvimento integral, estimulando situações de troca de perspectivas e de cooperação, de forma a favorecer a diminuição de suas características egocêntricas.

## **Metodologia**

Para realizarmos o presente estudo, escolhemos a pesquisa-ação. Thiollent (2011, p. 14) define a pesquisa-ação como sendo:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Assim, na pesquisa-ação, o pesquisador atua como um observador participante e coloca a ação planejada no estudo ao longo do processo da pesquisa. Existe ampla e explícita

interação entre o pesquisador e as pessoas envolvidas na pesquisa, e estes últimos tornam-se sujeitos ativos. Para Thiollent (2011, p. 16), “a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados”. Na pesquisa-ação é possível identificar a dinâmica do grupo, estudar as transformações ocorridas ao longo do processo de intervenção.

A pesquisa foi realizada com dezessete crianças de cinco a seis anos, sendo nove meninos e oito meninas, de uma turma de Infantil II, de uma escola municipal de Educação Infantil. Os procedimentos éticos foram atendidos, e o projeto teve sua realização após receber Parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição a ele vinculado.

Ao se deparar com questões voltadas para o desenvolvimento moral no contexto da Educação Infantil, a partir da prática e da observação, a pesquisadora, e também professora da turma participante, decidiu por diagnosticar essa dimensão por meio de pré-teste, com aplicação de uma entrevista semiestruturada, com histórias fundamentadas em Piaget (1932/1994), podendo esse procedimento ser compreendido como a primeira fase da pesquisa, a Exploratória. Nessa etapa, buscou-se identificar, de modo fundamentado, as tendências de juízo moral predominantemente apresentadas pelas crianças integrantes da pesquisa. O roteiro da entrevista englobou diferentes aspectos referentes ao juízo moral abordados na obra de Piaget (1932/1994), a saber: tipo de responsabilidade (objetiva ou subjetiva); noção de mentira e tipo de sanção, no caso da justiça retributiva. Ao final de cada história, perguntas semelhantes às desenvolvidas por Piaget (1932/1994) foram feitas aos entrevistados. No Método Clínico são realizadas perguntas abertas às crianças, de modo a permitir que a criança dialogue de forma livre, expondo de espontaneamente suas impressões a respeito da representação da realidade.

Após os dados coletados pelo pré-teste, passou-se para a segunda fase da pesquisa, a Principal, na qual foi planejada uma intervenção com duração de dois meses, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento moral das crianças participantes.

A terceira fase, de Ação, consistiu na execução da intervenção na qual foram apresentadas e contadas histórias infantis, em cuja escolha procurou-se selecionar aquelas que: fossem atrativas e despertassem o interesse das crianças; abarcassem temas, conteúdos e/ou conflitos morais, e não fossem muito longas ou contivessem informações excessivas. As histórias trabalhadas foram: “O menino que mentia” (Bennett, 1995) – conteúdo moral presente: mentira; “Cospe-fogo, o dragão” (Tognetta, 2012) – conteúdos: amizade/autorregulação; “A galinha ruiva” (Bennett, 1995) – conteúdo moral: justiça; “O

sapo e a cobra” (Bennett, 1995) – conteúdo presente: preconceito; “O pequeno raio de sol” (Bennett, 1995) – conteúdo: generosidade; “Os dois burrinhos” (Oliveira, 1994) (conteúdo moral: justiça).

Após a contação de cada história, foram realizadas discussões a respeito dos fatos narrados, e com a ajuda de questões, previamente elaboradas ou não, visou-se favorecer as crianças a expressarem suas ideias no sentido de encontrarem e discutirem o ponto central das histórias, isto é, os aspectos morais que poderiam estar presentes em cada uma delas e também para auxiliá-las na diferenciação e coordenação das múltiplas perspectivas envolvidas. Além da contação das histórias, os jogos fizeram-se presentes nos encontros, como a dramatização de cada história e teatralização, como por exemplo da história “O sapo e a cobra”, na qual as crianças se dividiram em pequenos grupos e pensaram em como recontar a história aos demais grupos, porém ao final nenhum grupo chegou a teatralizar de modo que representasse a história para a plateia, isto é, aos demais grupos. No entanto, foi interessante como eles se organizaram tanto para pensar a respeito da história (quem seria quem), quanto para contá-la para os demais amigos, mostrando a intenção em realizar um trabalho mais coletivo, mesmo que não tenham chegado a teatralização. No momento das apresentações, os grupos recontaram a história com apoio do livro (reproduzindo a contação realizada pela pesquisadora).

A intervenção de pesquisa foi realizada durante o período letivo, no horário em que as crianças estavam na escola, em até três dias da semana (variando de acordo com as atividades da escola), totalizando quinze encontros com cerca de uma hora cada.

Após a realização da intervenção de pesquisa, realizou-se a fase final da pesquisa, de Avaliação, com o propósito de se verificar os efeitos da intervenção realizada sobre o juízo moral das crianças participantes. Nessa etapa foi aplicada a entrevista de pós-teste, cujo roteiro e os procedimentos foram os mesmos do pré-teste.

## **Resultados e discussões**

Os dados da aplicação da entrevista de pré-teste, a qual visou identificar as tendências de juízo moral apresentadas pelas crianças, demonstraram que algumas crianças não conseguiram responder ao proposto, seja por não entenderem as histórias apresentadas, como por fabularem durante a atividade ou, então, demonstrarem não estar motivadas para tal. Na história 1 (DESAJEITAMENTO), duas crianças (25%) se inseriram nesse caso e nas histórias 2 (MENTIRA) e 3 (JUSTIÇA RETRIBUTIVA) foram três crianças (37,5%). Na sequência, foi possível observar que na história 1 (DESAJEITAMENTO) e na história 3 (JUSTIÇA) das



oito crianças que responderam a entrevista, cinco (62,5%) apresentaram julgamentos mais heterônomos. Já na história 2 (MENTIRA), foram duas (25%) crianças que demonstraram esse tipo de julgamento. As respostas caracteristicamente de transição compareceram em três crianças (37,5%) na história 2 (MENTIRA) e em uma criança (12,5%) na história 1 (DESAJEITAMENTO). Na história 3 (JUSTIÇA RETRIBUTIVA) nenhuma criança apresentou esse tipo de resposta. No que se refere à tendência autônoma, ela não esteve presente nas respostas das crianças ao longo da entrevista. Assim, considerando o conjunto das histórias, os resultados apontaram para a predominância da tendência heterônoma, seguida do não entendimento da proposta pelas crianças, e por último, por respostas de transição.

Os dados da aplicação da entrevista do pós-teste, a qual visou identificar se houve mudanças quanto às tendências de juízo moral apresentadas pelas crianças após a realização da intervenção, demonstraram que na história 1 (DESAJEITAMENTO), duas crianças (25%) não entenderam a proposta, na história 2 (MENTIRA) uma criança (12,5%) não entendeu a proposta e na história 3 (JUSTIÇA RETRIBUTIVA) nenhuma criança se inseriu nesse caso. Na sequência, foi possível observar que na história 1 (DESAJEITAMENTO) três crianças (37,5%) apresentaram julgamentos mais heterônomos, ao passo que na história 2 (MENTIRA) foram quatro crianças (50%) e na história 3 (JUSTIÇA RETRIBUTIVA), seis crianças (75%). As respostas caracteristicamente de transição compareceram em três crianças (37,5%) na história 1 (DESAJEITAMENTO) e na história 2 (MENTIRA), e em duas crianças (25%) na história 3 (JUSTIÇA RETRIBUTIVA). No que se refere à tendência autônoma, ela não esteve presente nas respostas das crianças ao longo da entrevista. Dessa forma, considerando o conjunto das histórias, os resultados apontaram para a predominância da tendência heterônoma, seguida por respostas de transição, e por último, de não entendimento da proposta pelas crianças.

Assim como o encontrado por Oliveira (1994), a intervenção de pesquisa não foi eficaz para promover uma evolução marcante, com resultados estatisticamente significativos (Teste de Sinais de Wilcoxon), no juízo moral das crianças, no entanto foi possível verificar algumas mudanças qualitativas importantes, tanto ao longo da intervenção como na comparação entre pré e pós-teste e que foi maior o número de crianças que entenderam a história, recontaram-na e a interpretaram, assim como aquelas que apresentaram uma evolução na direção de um juízo mais heterônimo para de transição, principalmente quando a noção envolvida era a de justiça.

Pensando-se no desenvolvimento moral, e nos procedimentos descritos por Piaget (1930/1996), tratou-se ainda de uma intervenção reduzida que, além de ter duração exígua (apenas 02 meses), não abrangeu mudanças na organização e possibilidades de *self-government* pelas crianças. No entanto, mesmo com essas limitações, foi possível verificar que houve transformações no tipo de pensamento moral, decorrentes de processos lentos, graduais e contínuos, uma vez que visou o desenvolvimento e não apenas aprendizagens estritas.

Outro ponto importante a ser destacado foi o favorecimento de assunção de papéis durante a intervenção, como fator importante de desenvolvimento na construção da moralidade. Mas para isso, é ideal que essa assunção ocorra em relação às situações reais referentes à convivência cotidiana da criança. Os jogos dramáticos e teatrais puderam ser considerados recursos valiosos, pois permitiram às crianças vivenciarem uma situação intermediária entre fantasia e realidade. Apesar de não serem situações reais, a promoção desses tipos de jogos permite às crianças refletir sobre conteúdos de maneira mais projetiva e com liberdade, sem receio de julgamentos e retaliações.

### **Considerações Finais**

Pensar o processo de educação formal em sua esfera inicial, a Educação Infantil, é buscar compreender a criança em sua totalidade, dando-lhe voz ativa, proporcionando ambientes e materiais que a levem ao desenvolvimento integral de maneira constante. Em relação ao desenvolvimento do juízo moral na criança, pensou-se então em uma forma de propiciar na escola o trabalho coletivo, as relações de cooperação, o que levou à realização de uma pesquisa de intervenção por meio da contação e discussão de histórias que abordassem questões morais, e do jogo dramático e teatral.

A contribuição desta pesquisa consistiu na verificação da proposta de uma intervenção por meio da Literatura Infantil e dos jogos dramáticos e teatrais como forma de oportunizar à criança liberdade de expressão e de criação, desequilíbrios, novos equilíbrios, e situações propícias para o desenvolvimento do juízo moral. Nesse sentido, quanto aos objetivos traçados no início da pesquisa, verificou-se que foram alcançados, por meio do trabalho planejado e intencional desde a escolha das histórias utilizadas até as propostas nas sessões de dramatização e teatralização.

Por fim, a prática de ouvir as ideias das crianças, propiciar ambientes lúdicos, oportunizar jogos e permitir que elas estejam em coletivo para o exercício de resolução de problemas deve permear o trabalho do professor de forma constante, o que pode suscitar na

necessidade em se desenvolver novos estudos voltados para a moralidade infantil. Valendo-se ressaltar que para a realização de intervenções futuras, objetivando o desenvolvimento do juízo moral infantil, faz-se necessário que o professor tenha formação adequada para saber refletir e agir sobre as manifestações das crianças, haja planejamento inicial das atividades a serem propostas e avaliação constante dos passos dados.

## Referências

- Bennett, W. (1995). *O livro das virtudes para crianças*. Rio de Janeiro, RJ/Brasil: Editora Nova Fronteira.
- Devries, R., & Zan, B. (1998). *A ética na educação infantil*. Porto Alegre, RS/Brasil: Artmed editora.
- Fuchs, A. C. M. (2005). *Improvisação teatral e descentração* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS/Brasil. Recuperado em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5081/000509730.pdf?sequence=1>
- Kohlberg, L. (1992). *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao/Espanha: Editorial Desclée de Brower.
- Menin, M. S. De S. (1996). Desenvolvimento moral: refletindo com pais e professores. In L. Macedo (Org.). *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo, SP/Brasil: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, A. M. (1994). *Literatura infantil e desenvolvimento moral: a construção de justiça em crianças pré-escolares*. (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP/Brasil. Recuperado em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000076931&fd=y>
- Piaget, J. (1990). *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. (3ª ed.). (Á. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro, RJ/Brasil: LTC (Obra original publicada em 1945).
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. (E. Lenardon, Trad.). São Paulo, SP/Brasil: Summus (Obra original publicada em 1932).
- Piaget, J. (1996) Os Procedimentos de Educação Moral. In: L. Macedo. *Cinco estudos de educação moral* (pp. 1-36). São Paulo, SP/Brasil: Casa do Psicólogo (Obra original publicada em 1930).
- Puig, J. M. (1996). *A construção da personalidade moral*. (L. G. Barros & R. C. Alcarraz, Trad.). São Paulo, SP/Brasil: Editora Ática.
- Puig, J. M. (1998). *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. São Paulo, SP/Brasil: Casa do Psicólogo.
- Puig, J. M. (2004). *Práticas morais: uma abordagem sociocultural da Educação Moral*. São Paulo, SP/Brasil: Moderna.
- Ramos, A. de M., & Campos, S. S., Freitas, L. C. G. de. (2012). Uma análise sobre estudos que relacionam a literatura infantil e a moralidade na perspectiva construtivista piagetia. *Nuances: estudos sobre Educação*, 23(4), 144-166.

- Slade, P. (1978). *O jogo dramático infantil* (T. Belinky Trad.). São Paulo, SP/Brasil: Summus.
- Souza, M. C. C. de. As virtudes nos contos de fada: considerações a partir da teoria de Jean Piaget. In: L. R. P. Tognetta (Org.), *Virtudes e educação: o desafio da modernidade* (pp. 147-158). Campinas, SP/Brasil: Mercado das Letras.
- Spolin, V. (1992). *Improvisação para o teatro* (3ª ed.). (I. D. Koudela & E. J. de A. Amos Trad.). São Paulo, SP/Brasil: Editora Perspectiva.
- Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação* (18ª ed.). São Paulo, SP/Brasil: Cortez.
- Tognetta, L. R. P. *Cospe-fogo, o dragão*. São Paulo, SP/Brasil: Adonis.